

ESPECIAL PECUÁRIA

DESAFIOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA CADEIA PRODUTIVA



RECESSÃO ABORTA O CICLO DE ALTA

Certamente, a pecuária de corte foi a atividade da agricultura brasileira que passou pelo período mais longo de dificuldade ao longo desta década. O interregno de 2000 a 2006 representa literalmente sete anos de vacas magras em termos de rentabilidade.

O patamar relativamente baixo dos preços do boi esteve associado ao comportamento retraído do mercado interno, para uma produção em marcha ascendente. Com consumo *per capita* entre 35 a 37 quilos de equivalente carcaça, o crescimento ficou meramente em ritmo vegetativo. Enquanto isso, o aumento dos custos de produção ficou em patamares bem maiores que os reajustes obtidos pela arroba. Felizmente, as exportações decolaram a ponto de colocar o País no primeiro posto mundial desde 2004.

Entre diferentes regiões e até nas mesmas praças, foi cena comum a oscilação acentuada nas cotações e na disponibilidade de boi. As escalas de abate recuavam e ampliavam-se com força em pouco de tempo. Em certos momentos, os atores tiveram de administrar as ondas especulativas quanto à detecção de focos de febre aftosa, como ocorreu em Mato Grosso do Sul e no Paraná em 2004 e 2005.

O ano de 2005 foi marcante para a cadeia produtiva da pecuária de corte nacional. Uma série de acontecimentos mostrou a necessidade de uma ponderação mais profunda. Os preços desvalorizaram-se em plena entressafra, ante a produção superior ao consumo, mesmo com aumento nos custos de produção. E não só as margens dos pecuaristas ficaram comprometidas, mas também dos frigoríficos. Tudo isso alimentado pelas notícias de aftosa, seguidas pelo fechamento de mercados estaduais e por embargos de dezenas de países.

Para seguir na posição conquistada em 2004, de primeiro do *ranking* de exportação, à necessidade do Brasil se alinhar às exigências do mercado internacional. Ter volume é necessário, mas para ser suficiente cabe atender aos critérios rigorosos impostos pelos importadores, na maior parte das vezes. As questões nas áreas das barreiras não tarifárias requerem progressos, assim como maior agressividade para a conquista de novos mercados.

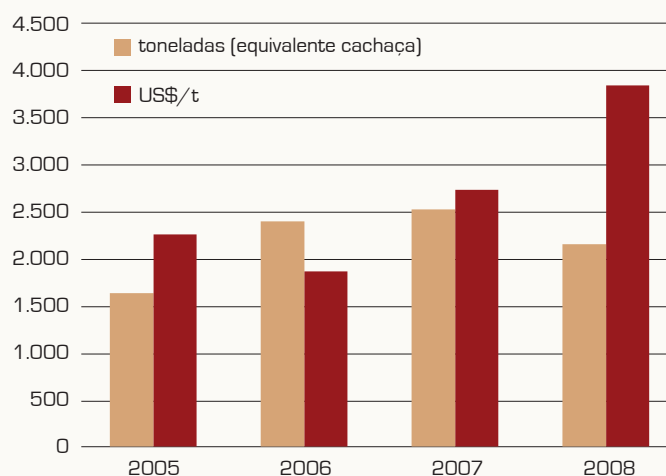
Não há dúvida, com fluxo de exportação firme, o nome do Brasil se consolida como *player* titular do mercado internacional de carnes e contribui de maneira positiva para o resultado da balança comercial, sobretudo o agropecuário. Diante das oportunidades e exigências do mercado externo, as indústrias processadoras tendem a repassar aos criadores critérios de sanidade, padronização e comercialização para a aquisição de animais. Como conduz a mudanças no processo de produção e de gestão, isso sempre onera de alguma forma o sistema produtivo, o que provoca reclamações dos criadores quanto à ausência de compensações por parte dos grandes compradores.

Brasil: exportações de carne bovina (US\$ milhões)

Ano	In natura	Industrializada	Outras	Total
2000	503	252	58	814
2001	739	252	58	1.049
2002	776	299	69	1.144
2003	1.155	338	97	1.590
2004	1.963	447	115	2.525
2005	2.419	525	116	3.060
2006	3.135	654	135	3.923
2007	3.486	694	245	4.425
2008	4.066	853	406	5.325

Fonte: MDIC/Secex

Brasil: exportação de carne bovina



Fonte: Abiec

Os embargos dos países à carne brasileira deixam evidente o grau imediato de resposta do mercado internacional aos eventos internos. O mercado interno emite sinais de fragilidade e dependência em relação à comercialização internacional. Pressionado pelo cenário difícil, o criador sentiu a importância de aprimorar a gestão do negócio, principalmente na questão das formas de comercialização. Pulverizado e heterogêneo, o seu poder de barganha é fraco diante de grupos de frigoríficos mais concentrados.

Com dificuldade maior para sustentar seu nível de lucratividade e repor as perdas ocasionadas pela inflação, junto com aumentos de custos, a saída veio com o dramático aumento da taxa de abate, que passou de 32,5% para 45%, entre 2000 e 2007, principalmente de matrizes. Entre 2003 e 2006, os custos de produção tinham crescido 31% e os valores da arroba caíram 18%, segundo o Cepea.

Assim, sem grande surpresa, de junho de 2007 até outubro de 2008, o preço entrou em trajetória ascendente, com recordes para o bezerro, o boi gordo e a carne no atacado. Os indicadores apontavam para uma virada de ciclo. Depois de anos seguidos com elevados abates de bois e matrizes começaram a escassear bezerras, novilhos e animais magros para abate. As indústrias

frigoríficas enfrentavam obstáculos nas exportações com o dólar desvalorizado e nos repasses para a rede atacadista e varejista. Além disso, os estados de São Paulo, do Paraná e de Mato Grosso do Sul continuavam sem poder exportar para a União Europeia em 2007.

Diante da menor disponibilidade de matéria-prima para abate, os frigoríficos menores, assim como os maiores, com maior poder de barganha, passaram a ter problemas de escala na produção. O medo de escassez de animais e a necessidade de cumprir os programas de exportações, levaram as empresas a fechar grandes negócios com os confinadores, para entrega no segundo semestre a valores pré-estabelecidos.

As incertezas relacionadas à quantidade e época em que os animais estariam disponíveis para os abates no decorrer de 2008 – mais a baixa adesão de pecuaristas ao novo sistema de rastreabilidade –, às rígidas exigências impostas por países importadores da carne brasileira (especialmente os da Comunidade Européia) traziam mais preocupações para os frigoríficos.

Apesar das quedas dos preços do animal de reposição, do boi e da carne, os valores estiveram elevados em 2008. A disponibilidade de animais continuou baixa, como reflexo da fraca rentabilidade da atividade pecuária nos anos anteriores. Os números de abate divulgados pelo IBGE no final de 2008 confirmam a previsão de oferta pequena de animais abatidos, com redução em relação à quantidade observada no mesmo período de 2007.

Ainda com a economia mundial bastante aquecida no primeiro semestre, as exigências dos importadores sobre o sistema de rastreabilidade nacional prejudicaram o comportamento das vendas externas. Mesmo assim, com as inversões realizadas em plantas frigoríficas nos últimos anos, o trabalho de conquista e diversificação de países importadores de carne bovina e o bom desempenho do PIB brasileiro, no conjunto, provocaram subida nos preços do boi, da carne e ainda dos insumos em geral.

No segundo semestre, o alastramento da crise financeira no âmbito global, em particular no último trimestre, afetou drasticamente as exportações, que tiveram queda em quantidade, mas recorde em valor.

No princípio deste ano a pecuária movia no sentido de fazer uma adequação ao novo contexto econômico. A empolgação com as cotações e a facilidade para acessar recursos financeiros ficaram para trás. Com dificuldade da capital de giro e inadimplência de clientes externos, a situação ficou crítica na indústria, que se voltou para o mercado interno. Os pedidos de recuperação judicial, como o do Independência, revelaram o grau de vulnerabilidade até de empresas de maior porte.

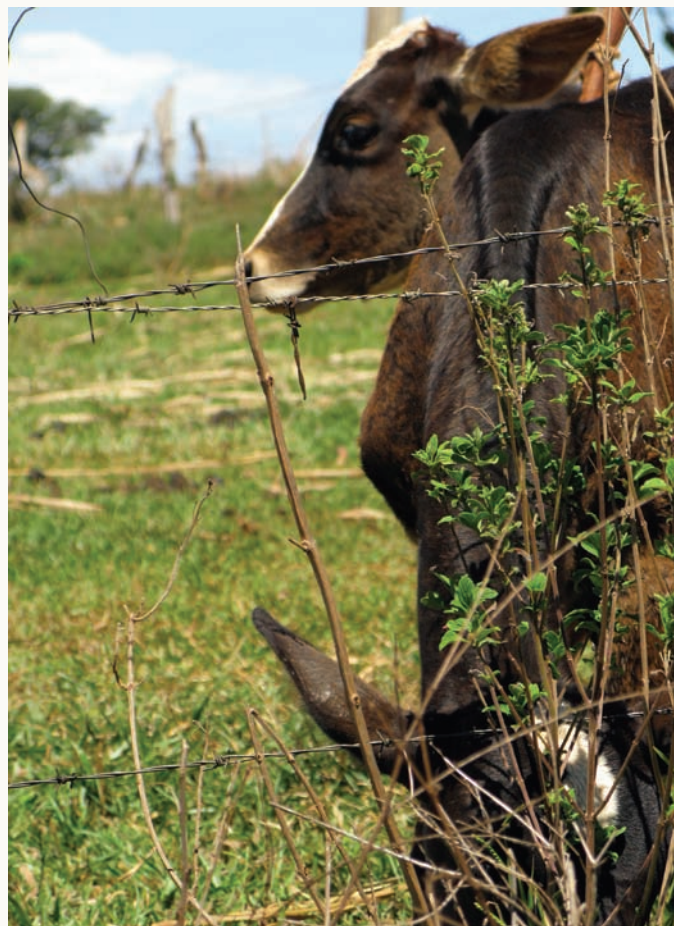
A evolução dos negócios corre com muita cautela e de forma lenta. A queda do PIB enfraquece o mercado interno, enquanto as exportações devem recuar em torno de 20%. Assim, a menor produção de bois para abate, que estava prevista para este ano como um fenômeno natural do ciclo da pecuária, com consequente alta de preço, não acontecerá. A queda no preço de bezerro revela o menor ritmo das atividades de recria e engorda.

PERSPECTIVAS PARA O CONFINAMENTO

Em 2008, conforme levantamento realizado pela Associação Nacional dos Confinadores em dezembro, entre seus 47 associados, a quantidade de animais confinados teve redução devido à elevação dos preços dos insumos agropecuários, o encarecimento da mão de obra em alguns estados, e principalmente, à elevação dos preços do boi magro e do bezerro.

Neste ano, desde o início, os produtores rurais e a indústria de alimentos mostravam preocupações sobre o comportamento do mercado agropecuário. A crise iniciada nos EUA atingiu diferentes economias. O Brasil, por exemplo, ressentiu-se da queda nas exportações, enquanto a União Europeia, um de seus principais clientes, enfrenta uma recessão sem precedentes.

A incerteza desestimula os setores produtivos, como a pecuária intensiva, em que os dispêndios são substanciais, apesar de existirem fatores a favor do confinamento, como a inclusão de novas fazendas produtoras na lista de habilitadas a exportar para a União Europeia, reabertura do mercado chileno, conquista de novos mercados e queda da oferta de boi gordo para os frigoríficos.



Brasil: confinamento de boi (mil cabeças)

Ano	Quantidade *
2006	343
2007	549
2008	541

Fonte: Assocon.

Ademais, em 2008 foram abatidos 21,8 milhões de bovinos nos estabelecimentos com inspeção federal, número 13% inferior ao de 2007. A grande quantidade de fêmeas abatidas no triênio 2004 a 2006 pode ainda refletir-se na diminuição de animais abatidos em 2009.

Estudo realizado com 518 confinamentos no estado de Goiás em 2007 revelou que o principal período de entrada do gado no cocho aconteceu entre junho e agosto. Os abates de bovinos confinados em 2009 poderão se concentrar, como nos dois anos anteriores, no segundo semestre, seja pela finalidade do sistema (confinamento no período da seca e entressafra) ou também pela expectativa de melhores preços no terceiro e quarto trimestres de 2009.

Brasil: confinamento bovino em 2009 (mil cabeças)

Pesquisa	Quantidade *
Janeiro a março	498
Junho	492
Setembro	379

Fonte: Assocon.

A primeira pesquisa da Associação Nacional dos Confinadores (Assocon) sobre a intenção de confinamento apresentou um aumento de 5%. Como a maioria dos pesquisados desenvolve o ciclo completo de **cria, recria e engorda**, o impacto dos preços do boi magro é menor. A previsão ainda era uma incógnita. Mesmo com a baixa nos custos, para o criador ficava a dúvida sobre os preços da arroba no segundo semestre. Se o mercado recuperar-se somente em agosto e setembro, não sobra tempo para o confinador tomar uma decisão.

O resultado do segundo levantamento da Assocon mostrou pequenos ajustes. Com mais de 90% do gado comprado, os preços futuros sinalizam para a arroba na ordem de R\$ 90,00. Para o pecuarista que apostou na atividade em 2009 e planejou a compra de boi magro e insumos no início do ano, o prenúncio é de um retorno financeiro favorável.

Porém, como a pecuária enfrenta forte crise em Mato Grosso, o confinamento poderá manter os mesmos números de 2008, e até apresentar redução. O cenário de desconfiança ainda prevalece no setor agropecuário.

No seu 3º Levantamento Anual sobre Intenção de Confinamento, a Assocon apurou inversão nas estimativas, com queda no confinamento deste ano. Com menor oferta de gado confinado nos próximos meses e contratos de exportação a cumprir, a

cotação do boi gordo sofrerá pressão. Sobre a decisão de manter os animais no pasto pesaram a retirada do prêmio por qualidade oferecido pelos frigoríficos exportadores, e o prolongamento do período de chuvas em algumas regiões do País.

Confinamento cai 20%

Levantamento da Assocon revela queda de 20% da intenção de confinar gado. O motivo principal é a queda do preço da arroba comercializada. O produtor receberá pela arroba do boi gordo valor menor ao que pagou pelo boi magro. Sem reação dos preços pagos pela arroba bovina no mercado interno e demanda retraída nas exportações, o pecuarista fica desestimulado a confinar.

Além da queda do preço da arroba, a reposição cara e o alto custo da produção fazem com que muitos produtores migrem para outras atividades, como cria e recria, além de plantio de grãos e cana.

De acordo com a pesquisa da Assocon, a queda no preço do boi gordo é um dos pontos que justificam a decisão de manter os animais no pasto em vez de confinar. Outras razões são a retirada do prêmio por qualidade oferecido pelos frigoríficos exportadores, que em alguns casos chegava a R\$ 10,00 por arroba. Por sua vez, com o prolongamento do período de chuvas em algumas regiões do País, permanência do gado no campo ficou favorecida.



PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO

O impacto da crise financeira global acelerou as operações de fusões, aquisições e investimentos entre os frigoríficos brasileiros. Alguns deles saem fortalecidos, após negociarem dívidas e acessarem créditos para expansão de novas plantas e arrendamentos de outras unidades, como o Marfrig e o JBS Friboi. Outras, enfraquecidas, recorreram à recuperação judicial e desativaram operações, conforme o exemplo dos grupos Independência, Arantes, Margen, Frigoestrela e Quatro Marcos, dentre outros.

Em período de crise, pode parecer surpreendente, a competição não fica mais frouxa no mercado. Os frigoríficos que diminuem ou interrompem as suas atividades deixam espaço para a entrada imediata e maior participação dos seus concorrentes.

Com capacidade diária de abate que aumentou substancialmente nos últimos anos, a taxa de ociosidade estimada pelo mercado cresceu perto de 50%. Isso fomentou o processo de consolidação no setor, com a criação em pouco espaço de tempo de três expressivas corporações mundiais:

- Brasil Foods, com a fusão da Perdigão com a Sadia;
- A união da JBS com a Friboi;
- Marfrig, com o arrendamento de unidades dos frigoríficos Mercosul e Margen, e a compra da Seara.

Brasil: capacidade diária de abate

Empresa	Cabeças (mil)
JBS Friboi	43,4
Marfrig	22,3
Margen	10,0
Independência	8,0
Mercosul	8,0
Minerva	6,6
Quatro Marcos	4,5
Frialto	4,3

Fonte: Sondagem Agroanalysis.

Assim, na busca de opções diante da tendência de concentração no mercado industrial de carne nacional, bem como na aposta de ganhos imediatos e a confiança na ampliação da demanda global por proteína animal, as empresas mostram interesse na formação de parcerias com grupos estrangeiros, planejam associações com concorrentes e ficam propensas a eventuais incorporações.

Não obstante, se essas operações significam ganho de escala, incremento da força produtiva e maior potencial de competitividade, os clientes externos e a produção primária veem essa movimentação com preocupação.

Na verdade, para as megaempresas em construção surge uma agenda arduosa a ser cumprida. Muitas dessas negociações realizadas entre os frigoríficos passarão ainda pelo crivo do Conselho de Administração e Defesa Econômica (Cade), cuja missão é zelar pela livre concorrência. Os próximos passos serão os desdobramentos de como desenvolverão suas relações com os clientes e os fornecedores, o que toca a defesa da economia, um tema ainda raro nas análises das cadeias produtivas nacionais.

É claro que as negociações envolvem crescimento no estrangeiro por motivos estratégicos. Com as aquisições de plantas no exterior, as empresas ganham condições para acesso à União Europeia e ao Japão, por exemplo. Como esses mercados impõem restrições às exportações nacionais devido aos focos de febre aftosa, essa foi a saída encontrada para um frigorífico brasileiro se tornar uma empresa de alcance global.

Por sua vez, com maior capacidade de manobra e de logística, os planos de suprimentos de matéria-prima dos frigoríficos ganham flexibilidade e variam muito em função da disponibilidade de animais em cada região. Onde a oferta fica mais acentuada, os preços ficam mais frouxos e aparece a oportunidade para que os frigoríficos minimizem custo. Nesse cenário, até que ponto as cotações poderão ser definidas por baixo e comprometer a rentabilidade da pecuária? Haverá uma homogeneização dos seus preços no País?

No universo dos frigoríficos brasileiros, entre as megacorporações e as empresas em estado falimentar, aparecem muitas unidades de escala média, e viáveis economicamente – Minerva, Frigol, Frialto, dentre outras. Muitas delas estão em condições de analisar incursões no negócio, mas a postura deve ser de cautela. Uma das lições deixadas por esta crise é a importância da estratégia de crescimento ser montada sobre uma estrutura de capital sólida e não apenas na alavancagem de negócios com recursos de terceiros.

Existem oportunidades com importadores que procuram diversificar seus fornecedores, na oferta de produtos e serviços personalizados, com a manutenção da sua marca e força de venda própria, além de associações para minimizar custos com frete, porto e embalagens.

É importante ter em vista que a consolidação do mercado industrial da carne nacional mudará o comportamento dos atores da cadeia produtiva. Os próprios clientes, até mesmo os externos, poderão ceder na negociação de preços, em troca da garantia de fornecimento por meio de fechamento de contratos de longo prazo. Importante para o capital de giro dos frigoríficos nacionais, os pagamentos antecipados e à vista podem fazer a solidificação de parcerias.

Do ponto de vista do ramo empresarial, as aquisições e a transformação das empresas nacionais em grandes *players* internacionais trazem benefícios. As marcas adquirem exposição global e gestão fica mais compromissada com a profissionalização e a questão ambiental.

Guerra Judicial

Com a crise e o corte de crédito, o impasse para melhorar a relação entre seus elos chega ao ponto culminante na cadeia produtiva da pecuária nacional. Nas divergências dos frigoríficos com os pecuaristas, que emergem nas assembleias para solucionar recebimentos e pagamentos, fica clara a necessidade de negociações mais transparentes e confiáveis na comercialização atacadista e varejista.

Somente em Mato Grosso, onde está o maior rebanho do País, das 38 plantas habilitadas a exportar, 15 unidades ficaram paralisadas. A capacidade de abate reduziu-se em 40%. Essa interrupção aumentou as dívidas dos frigoríficos com os pecuaristas, que somam R\$ 120 milhões. Demissões atingiram 40 mil pessoas ligadas diretamente à cadeia produtiva. Ficaram sem girar na economia cerca de R\$ 4,2 bilhões, o que pode significar, em 2009, queda de 20% do total da arrecadação estadual de ICMS sobre os frigoríficos. Os números, contabilizados pela Acrimat, mostram que a economia dos municípios será afetada.

Como fortalecer o mercado de comercialização de gado nesse ambiente?

Com o fechamento de diversas plantas industriais, em algumas regiões de Mato Grosso, o gado de viaja até 800 quilômetros para chegar ao abate. Com isso, há redução no preço do animal e o pecuarista fica com pouca renda para novos empreendimentos.

É difícil chegar ao consenso. O caminho passa pela recuperação das finanças dos frigoríficos, que precisam negociar recebimentos com os clientes, principalmente os externos, dívidas com os credores e pagamentos para os fornecedores, entre os quais os criadores. Cada parte precisa de capitalização, mas a desconfiança é alta. Além disso, as decisões são individuais, no âmbito de cada empresa.

Apesar das datas limites estabelecidas nos processos, recursos judiciais poderão arrastar as pendências por muito tempo. Em 29 de dezembro de 2008 foi protocolado o pedido de recuperação judicial do frigorífico Quatro Marcos. Depois, em 9 de janeiro de 2009, veio o pedido do Grupo Arantes, apresentado oficialmente em 23 de julho. O processo de recuperação do Independência é de 27 de fevereiro de 2009, mas legalmente teve início apenas no dia 2 de junho. De acordo com a assessoria da Acrimat, o prazo para apresentação do plano de recuperação é de 180 dias, a ser aprovado em assembleia, desde que não haja falta de *quorum*.

GRUPO DE TRABALHO DA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL

O Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) foi criado a fim de contribuir para a sustentabilidade da cadeia de valor da pecuária bovina, por meio da ação conjunta de todos os seus elos, do pecuarista ao varejo, com a participação ativa da sociedade civil e o diálogo constante com o governo.

Como enfrenta grandes desafios, várias iniciativas de políticas sociais e ambientais na pecuária bovina são adotadas por produtores, indústrias, bancos, empresas de varejo e também pelo governos federal e estaduais.

Para que essas iniciativas sejam eficazes e duradouras, as ações devem ser orientadas por princípios e critérios comuns, que tenham o reconhecimento do conjunto de segmentos da cadeia de valor e da sociedade civil.

Para isso, o GTPS apresenta seu plano de trabalho para os próximos três anos, com foco nos pontos centrais de:

- Monitorar o desmatamento no Bioma Amazônia em decorrência das atividades da pecuária bovina;
- Definir princípios e critérios socioambientais para a produção e comercialização de produtos da pecuária bovina; na construção de um sistema de rastreamento de produtos e na disseminação de boas práticas de produção.

A execução do plano de trabalho contará com a participação de todos os segmentos da cadeia de valor e da sociedade civil participantes do GTPS, na busca de garantir plena transparência e participação na formulação e na implantação das políticas sociais e ambientais para o setor.

Compromisso

O GTPS e os seus membros assumem o compromisso com o desmatamento zero, com a criação de condições e formas de compensação para viabilizá-lo.

Para cumprir esse compromisso, o GTPS se compromete a desenvolver ferramentas e mecanismos para o monitoramento, rastreamento, critérios de produção, compra e financiamento e incentivos econômicos para a promoção da sustentabilidade na pecuária bovina.

Linhas estratégicas para a cadeia de valor

1. Critérios socioambientais objetivos e auditáveis para toda a cadeia;
2. Contribuir para e participar dos mecanismos de monitoramento do desmatamento;
3. Atuar como interlocutor entre a cadeia de valor e os órgãos do governo para a promoção e desenvolvimento de políticas públicas;
4. Desenvolver mecanismos de incentivo econômico para promoção de práticas de produção mais sustentáveis;

5. Sistematizar e disseminar boas práticas produtivas para cadeia de valor da pecuária bovina, de programas de recuperação de áreas degradadas e dos passivos ambientais;
6. Desenvolver projetos piloto de adequação de propriedades rurais às boas práticas socioambientais;
7. Desenvolver mecanismos de medição de gases de efeito estufa com o objetivo de reduzir emissões e criar oportunidades de renda com a preservação das vegetações nativas.

Objetivos e metas

1. Contribuir e participar do monitoramento do desmatamento
Mapeamento da pecuária bovina no Brasil
Desenvolver a metodologia de monitoramento
Monitorar o desmatamento de fornecedores diretos e indiretos dos frigoríficos participantes do GTPS
2. Critérios socioambientais de produção, compra e financiamento
Formular primeira versão de princípios e critérios socioambientais
Definir e submeter para consulta pública, princípios e critérios socioambientais
Membros do GTPS somente financiarão e adquirirão animais e produtos produzidos segundo os critérios de sustentabilidade estabelecidos.
3. Sistema de rastreamento da pecuária bovina
Apresentar a primeira proposta do Sistema de Rastreamento para o GTPS e Poder Público.
Implantar e efetuar validação técnica do Sistema de Rastreamento em projeto piloto
Implantar o Sistema de Rastreamento em áreas prioritárias a serem definidas pelo GTPS.
4. Projetos piloto de pecuária sustentável
Promover a adequação de propriedades aos critérios de pecuária sustentável, cadastramento georreferenciado e identificação de animais.
5. Mecanismos de incentivo econômico para sustentabilidade na pecuária
Apresentação de proposta de mecanismos financeiros para o GTPS e governo
Aplicação de novos mecanismos financeiros em projetos piloto

Comissões Técnicas

Para a formulação das propostas e desenvolvimento dessas iniciativas serão criadas as seguintes comissões técnicas:

- CT de monitoramento do desmatamento
- CT de critérios socioambientais
- CT de rastreamento
- CT de mecanismos financeiros

A pecuária sustentável

Depois da moratória em 2006 e o posterior monitoramento do seu plantio no Bioma Amazônia, muito se discute sobre as causas da ocupação da pecuária na Amazônia, tais como a necessidade de atender às exportações, os financiamentos para as plantas frigoríficas, o não cumprimento da legislação ambiental e o corte raso das florestas.

Rebanho bovino (milhões de cabeças)

Região	Quantidade
Amazônia Legal	71,0
Bioma Amazônia	44,3

Fonte: PPM-IBGE 2007

É preciso olhar cada uma dessas considerações com mais profundidade. A interpretação sem diferença entre o Amazonas Legal e o Bioma Amazônia não pode acontecer, pois leva a uma leitura equivocada. Por sua vez, a quantidade de frigoríficos na região está longe ser a responsável pelo aumento na exportação de carne.

Isso não significa, é claro, negar que a pecuária esteja entre as opções de sobrevivência para a população de 23 milhões de pessoas que vivem no Bioma Amazônia, onde o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é muito baixo.

Brasil: números dos frigoríficos

- 1.500 abatedouros (incluídos os entrepostos de processamento e embalagem);
- 315 abatedouros com Selo de Inspeção Federal e habilitação para exportar;
- 99 abatedouros respondem por 90% das exportações brasileiras: quatro no Pará, três em Rondônia, um no Acre e cinco na parte amazônica de Mato Grosso.

Por sua vez, como os projetos de assentamento do Incra, grande parte sem licença ambiental, seguem a todo vapor na região amazônica, fica fora de lógica imaginar desmatamento zero a curto prazo.

O grande plano consiste na reconversão das pastagens de fraca produtividade para suportar o desenvolvimento de uma criação mais intensiva em termos de animais por hectare, pois além de permitir que terras sejam poupadas para lavouras, aliviará as pressões para a derrubada de florestas. Este é o caminho da pecuária sustentável.

Liderança nas exportações

Para sustentar a posição de liderança na exportação de carne bovina do mundo, a cadeia produtiva nacional da pecuária de corte terá de administrar o risco dos países importadores restringirem suas compras por equívocos no sistema de rastreabilidade do país. O caso mais emblemático é o da União Europeia, com a suspensão na importação de produto brasileiro em final de janeiro de 2008. Este ano os números devem ficar um pouco melhor.

UE: importação de carne bovina *in natura* do Brasil

Ano	Mil toneladas	US\$ milhões
2000	104	338
2001	125	341
2002	128	353
2003	163	496
2004	224	890
2005	295	914
2006	314	1.160
2007	195	1.087
2008	36,2	270

Fonte: Secex

Lançado em janeiro de 2002, o Sistema Brasileiro de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov) previa o rastreamento obrigatório de todos os animais de estados livres de febre aftosa ou em processo de declaração até dezembro de 2007. Parte dos pecuaristas foi a favor da adesão voluntária ao programa e do recebimento algum tipo de compensação,

Na UE, a certificação de origem está alicerçada em três itens: identificação individual dos bois, base de dados informatizada em órgão governamental e controle da movimentação de animais.

Mas, o motivo das restrições às carnes brasileiras tende a ir além das questões somente de ordem sanitária, circunscrita no governo, para chegar aos padrões de sustentabilidade. Os consumidores ficam cada vez mais sensíveis quando o assunto são as práticas da sustentabilidade, em particular a ambiental. Os sinais emitidos, seja do mercado interno como externo, apontam no sentido de ter segurança sobre a procedência da carne bovina.

Frigoríficos, supermercados e o BNDES se juntaram em torno do objetivo de modernizar o setor de carne no Brasil, mas precisam do apoio dos pecuaristas. O Pão de Açúcar, o Wal-Mart e o Carrefour suspenderam as compras de carne com origem em áreas desmatadas do Pará, com base em um relatório do Greenpeace e acatou recomendação do Ministério Público Federal no Pará.

A curto prazo, a alteração no sistema de Guia de Trânsito Animal (GTA), documento utilizado para transferência de bois entre propriedades e os frigoríficos, para o formato eletrônico, previsto para ocorrer até o fim deste ano, ajudará o consumidor a identificar a origem da peça de carne exposta para a venda.

Cronograma 2009/2010

9 e 10 de novembro de 2009	Encontro Técnico sobre Sustentabilidade na Pecuária (monitoramento, rastreamento, critérios socioambientais mecanismos financeiros) • criação das Comissões Técnicas
Novembro de 2009	Reuniões das Comissões Técnicas
Dezembro de 2009	Reuniões das Comissões Técnicas
27 de janeiro de 2010	Assembleia Geral do GTPS
17 e 18 de março de 2010	Encontro Técnico sobre Princípios e Critérios Socioambientais da Pecuária Bovina
Abril de 2010	Reuniões das Comissões Técnicas
19 e 20 de maio de 2010	Encontro Técnico sobre Princípios e Critérios Socioambientais da Pecuária Bovina
Junho de 2010	Reuniões das Comissões Técnicas
14 e 15 de julho de 2010	Assembléia Geral do GTPS
Agosto e setembro de 2010	Consulta Pública sobre Princípios e Critérios Socioambientais da Pecuária Bovina

CRONOLOGIA

Janeiro

Certificações para exportar à UE

Depois de suspender os embarques da carne bovina brasileira em janeiro do ano passado, a UE passou a certificar as propriedades habilitadas para realizar a operação. No levantamento de dezembro o Brasil tinha 733 propriedades habilitadas. Com isso, as exportações para o bloco, em mil toneladas, caíram de 195,2 para 36,2.

Brasil: propriedades certificadas para exportação à UE

Estado	Propriedades
Minas Gerais	337
Goiás	146
Mato Grosso	120
Rio Grande do Sul	60
São Paulo	33
Paraná	18
Espírito Santo	17
Mato Grosso do Sul	2
Total	733

Fonte: MAPA. Posição: dezembro de 2008.

Fevereiro

Exportação para a União Europeia

Representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária, os inspetores do Escritório de Alimentação e Veterinária da União Europeia (FVO, sigla em inglês) confirmam a qualidade do trabalho



realizado pelo setor, ao implementar as exigências de rastreabilidade e certificação do rebanho e da carne nacionais.

A vinda da missão europeia teve o propósito de verificar o cumprimento das garantias dadas pelo Brasil, na certificação da carne bovina *in natura* exportada ao bloco. Em 12 dias de auditoria, dez inspetores visitaram estados habilitados e não habilitados a exportar carne bovina *in natura* para aquele mercado. O trabalho iniciou-se no órgão central e foi desenvolvido em Estabelecimentos Rurais Aprovados no Sisbov (Eras), frigoríficos, portos, escritórios locais de atenção veterinária e laboratórios.

Atualmente, 814 propriedades estão habilitadas a fornecer bovinos aos estabelecimentos exportadores de carne bovina *in natura* para a UE. Nove estados compõem a área habilitada: Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

A ideia é a de que o bloco aceite bois provenientes das cerca de 3.500 propriedades que fazem parte da base de dados do Sisbov, como ocorria antes de a UE impor restrições ao Brasil, no início de 2008. Em 2007, o Brasil exportou 912 mil toneladas de carne

bovina, no valor de US\$ 4,2 bilhões para a UE. A expectativa é recuperar 50% desse volume até o final do ano.

Março

Balanço da campanha de vacinação de 2008

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Febre Aftosa de 2008 imunizou 168.941.722 animais na primeira etapa e 170.492.031 na segunda, atingindo a cobertura de 96,73% e 97,01% respectivamente.

Os bovídeos de Santa Catarina têm o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como livres da doença sem vacinação desde maio de 2007. Atualmente, mais 15 estados e o Distrito Federal fazem parte da zona livre da febre aftosa com vacinação.

Ociosidade industrial

Estimativas não oficiais indicam que a capacidade instalada para abate de animais no Brasil está ao redor de 70 milhões de cabeças por ano. Apesar de a indústria nacional ter crescido

muito nos últimos anos, o rebanho não acompanhou o mesmo ritmo, tanto que no ano passado os abates ficaram pouco acima de 40 milhões de cabeças. A Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) estima que um total de 50 unidades brasileiras estão com os abates paralisados por conta dos reflexos da crise financeira internacional no setor.

Abril

Chile volta a comprar carne do Brasil

Suspensas desde outubro de 2005, quando ocorreram casos de aftosa em Mato Grosso do Sul, o Chile reabriu seu mercado à carne bovina brasileira: 16 plantas nacionais de abate de bovinos brasileiras foram habilitadas a exportar carne *in natura* ao mercado chileno. Antes do embargo, eram 36 plantas habilitadas para exportar. O potencial de vendas é de 100 mil toneladas.

Maior

OIE confirma status do Brasil

Na 77ª Sessão Geral do Comitê Internacional da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) – entidade supranacional criada em 1924, e que reúne hoje 174 nações –, ocorrida em Paris, foi confirmado o status das zonas livres de febre aftosa do Brasil com e sem vacinação.

Em 2007, Santa Catarina foi reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação. Naquele mesmo ano, a Região Centro-Sul também obteve reconhecimento da OIE, como área livre de aftosa com vacinação. Em maio do ano passado, 11 unidades da Federação retomaram o reconhecimento, vigente até 2005, como áreas livres da doença com vacinação: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal.

Junho

Queda no confinamento

Com falta de crédito e baixa rentabilidade, produtores estimam um recuo de 15% na quantidade de cabeças destinadas ao regime de engorda, na avaliação da Associação Nacional dos Confinadores (Assocon). Os pequenos e médios confinadores do estado não estão seguros quando comparam os custos do gado, do milho e da soja, com os valores futuros do boi na BM&F, enquanto os grandes criadores sofrem com a falta de crédito.

Com isso, o confinamento nacional deve somar 2,5 milhões de cabeças neste ano, tendo a liderança de Goiás, onde a previsão é de 1 milhão de cabeças. Mato Grosso deve reunir 400 mil, vindo a seguir São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Bloqueio a frigoríficos no Pará

Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) entram na Justiça Federal com ações contra pessoas e empresas acusadas pelo desmatamento, no Pará, de uma área de 157 mil hectares, o equivalente à do município de São Paulo.

As ações pedem a indenização de R\$ 2 bilhões às fazendas dos “bois do desmatamento” e aos frigoríficos que compravam gado dessas áreas. Paralelamente ao ajuizamento das ações, o MPF encaminhou a 69 empresas clientes desses frigoríficos as recomendações de evitar o incentivo à cadeia produtiva que provoca o desmatamento da Amazônia.

Julho

Termo de Ajuste de Conduta (TAC)

O governo do Pará e frigoríficos acusados de colaborar para o desmatamento entram em concordância com o MPF, com a adoção de medidas para evitar a compra de produtos fornecidos por fazendas que cometem irregularidades socioambientais e agilizar os programas estaduais de modernização da pecuária. As soluções deverão garantir segurança jurídica para a atividade, assim como agregar valor aos produtos.

O acordo prevê que os frigoríficos passarão a exigir dos fornecedores a moratória total do desmatamento, o reflorestamento de áreas degradadas e o licenciamento ambiental. Também irão informar a origem da carne aos consumidores e ao MPF, que vai checar se existem trabalho escravo, crimes ambientais e grilagem.

No termo entre o governo e o MPF estão medidas como a implantação de cadastro informatizado de propriedades rurais e da Guia de Trânsito Animal Eletrônica no prazo de um ano e o investimento de até R\$ 5 milhões por ano para contratação de auditoria que vai avaliar o cumprimento do disposto nos TACs assinados pelos frigoríficos.

Rússia voltará a importar

A Rússia suspendeu a proibição para importar carne e subprodutos crus bovinos de todo o território brasileiro, com exceção de três municípios, informou o Serviço de Controle Veterinário e Fitossanitário russo.

A restrição continuará para as empresas de carne bovina de três municípios do Tocantins: Paranã, Jaú e Pedro Afonso. Apesar de certa diminuição de suas vendas, o Brasil continua como o principal fornecedor de carne bovina aos russos: em 2008, exportou 386,6 mil toneladas, 50,3% das importações russas.

Novas regras aos frigoríficos

Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o apoio ao setor ficará condicionado, a partir de 2010, aos frigoríficos:

- Aderir ao sistema de rastreabilidade da cadeia produtiva de bovinos;
- Apresentar plano de desenvolvimento socioambiental;
- Adquirir matéria-prima de pecuaristas em conformidade com as regras de sustentabilidade vigentes no País.

Todo o rebanho dos fornecedores de um frigorífico apoiados pelo banco deverá ser rastreado desde o nascimento a partir de 2016. O cronograma para a implantação do sistema de rastreabilidade começa em meados de 2010.

Cronograma para implantação da rastreabilidade bovina (gado com rastreabilidade abatido, em %)

	Idade do gado (meses)							
	6	12	18	24	30	36	42	48
2º/2010	25	-	-	-	-	-	-	-
1º/2011	50	25	-	-	-	-	-	-
2º/2011	75	50	25	-	-	-	-	-
1º/2012	100	75	50	25	-	-	-	-
2º/2012	100	100	75	50	25	-	-	-
1º/2013	100	100	100	75	50	25	-	-
2º/2013	100	100	100	100	75	50	25	-
1º/2014	100	100	100	100	100	75	50	25
2º/2014	100	100	100	100	100	100	75	50
1º/2015	100	100	100	100	100	100	100	75
2º/2015	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BNDES

Por meio de convênio de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ibama, o BNDES exigirá dos frigoríficos a verificação da regularidade socioambiental dos seus fornecedores diretos.

Para ter acesso a crédito, as empresas terão de comprar gado de fazendas fora de áreas embargadas pelo Ibama, com licenciamento ambiental e regularidade fundiária, sem constar da “lista suja” do Ministério do Trabalho e de condenação por invasão de terras indígenas, violência agrária, grilagem de terra ou desmatamento ilegal.

Os frigoríficos terão de apresentar planos de metas e cronogramas para a implementação em suas unidades industriais de certificações socioambientais como ISO 14000 (gestão ambiental), SA 8000 e NBR 16001 (responsabilidade social) e OHSAS 18000 (saúde e segurança no trabalho), além de melhorias dos indicadores de efluentes líquidos e resíduos sólidos. O seu cumprimento será verificado por auditoria independente.

BNDES: investimentos em frigoríficos

Frigorífico	Participação acionária		Outros Financiamentos R\$
	Valor – R\$	Participação %	
Bertin	2,4 bilhões	27,0%	591,0
JBS	1,4 bilhão	13,0%	209,6
Marfrig	818 milhões	14,7%	110,0
Independência	250 milhões	13,9%	31,0

Fonte: O Estado de S.Paulo, de 17/09/2009

Algumas das medidas exclusivas para os frigoríficos estão incluídas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em julho pelo BNDES e o Ministério Público Federal (MPF),

por conta de denúncias de desmatamento ilegal por parte de fornecedores dessas empresas no Pará.

Agosto

Aumento da Cota Hilton

O Brasil já iniciou as negociações para aumentar em 9% o volume de carne bovina dentro da Cota Hilton, determinada pela UE para cortes de maior valor agregado. O adicional de 900 toneladas aumentaria a oferta dos frigoríficos brasileiros para 10,9 mil toneladas no ano-cota 2010/11 (1º de julho a 31 de junho do ano seguinte). O pedido para ampliar a fatia brasileira se baseia na entrada da Croácia no bloco europeu e deve seguir os mesmos critérios adotados quando a Bulgária e a Romênia foram integrados e deram ao Brasil uma cota adicional de Hilton de 5 mil toneladas.

A carne brasileira exportada na cota paga uma tarifa de 20% sobre o valor. Para o produto fora da cota, a tarifa cobrada é menor – de 12,8% –, mas o exportador paga um adicional de 3.041 euros por tonelada. Por exemplo, 1 tonelada exportada na cota a US\$ 15 mil recolhe imposto de US\$ 3 mil. Na operação fora da cota, a tonelada paga US\$ 1.920 de imposto mais US\$ 4.377 (3.041 euros).

Embora tentem elevar a cota para o próximo ano, a expectativa dos frigoríficos é de que atendam, no máximo, a 6 mil toneladas. A baixa disponibilidade de fazendas habilitadas (1.329 unidades) a exportar para a Europa limita a oferta de animais. No ano-cota 2008-2009 foi cumprido apenas 25% da cota até então era de 5 mil toneladas.

Setembro

Queda no confinamento

Com menor oferta de gado confinado e contratos de exportação a cumprir, os preços pagãos pelos frigoríficos podem sofrer reflexo, a expectativa de aumento de preços do boi gordo, durante a entressafra

A expectativa da Assocon tem como base o 3º Levantamento Anual sobre Intenção de confinamento para 2009, que revelou inversão nas projeções feitas para o confinamento este ano, com queda de 19,5% no rebanho confinado para 379,3 mil cabeças. A entidade ouviu 47 associados com confinamento em Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e no Paraná.

Outubro

Abate reverte queda

O volume de abate de bovinos cresceu no segundo trimestre em relação ao anterior, mas caiu na comparação com o mesmo período de 2008, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A melhora entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano pode representar, segundo análise do instituto, o início de uma reversão de ritmo de baixa do setor. Com o avanço, foi interrompida a série ininterrupta de declínios, iniciada no terceiro trimestre de 2008.

Brasil: abate de bovinos

Trimestre	2007	2008	2009
1º	7.957	7.239	6.446
2º	7.744	7.576	6.844
3º	7.625	7.141	
4º	7.386	6.678	

Fonte: IBGE

Pacto Ambiental

JBS-Friboi, Bertin, Marfrig e Minerva – as quatro maiores empresas brasileiras de abate e processamento de carne e couro – assinam com o Greenpeace o compromisso público de não aceitar gado de fornecedores envolvidos com o desmatamento da Amazônia.

Em junho, o Greenpeace divulgou o relatório *Farra do Boi na Amazônia*, que acusava a indústria da pecuária como a principal responsável pelo desmatamento no Bioma Amazônico. No mesmo dia da publicação do relatório, em junho, o Ministério Público entrou com ação pública contra a criação e compra de gado da região. As empresas, aos poucos, assumiram, uma a uma, o compromisso de boicotar a compra de carne de áreas devastadas e as grandes redes de varejo seguiram o mesmo caminho.

A meta de Mato Grosso é ter 100% das propriedades rurais cadastradas no programa de licenciamento ambiental no prazo de um ano. Para tanto, na Conferência do Clima de Copenhagen, em dezembro próximo, será proposto que os produtores rurais sejam remunerados por não explorar os 20% de suas propriedades, cujo desmatamento é autorizado pela legislação atual.

A Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) estima que das 26 milhões de cabeças que formam o rebanho do estado, cerca de 10 milhões estariam em área de desmatamento ilegal. O estado fornecerá aos frigoríficos um sistema de monitoramento por satélite para acompanhar a área utilizada para pecuária na Amazônia.

Os frigoríficos adotaram prazos para o cadastro das fazendas fornecedoras e o monitoramento do desmatamento ao longo da cadeia produtiva. Para aqueles que não cumprirem o compromisso não está prevista nenhuma penalidade.

Sisbov para a CNA

Por meio de acordo com o Ministério da Agricultura, que investirá R\$ 12 milhões para desenvolver sistemas de tecnologia, baseados na Guia de Trânsito Animal (GTA) eletrônica, a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) assume o papel de auditoria privada no sistema de rastreamento do gado, conhecido como o Sisbov.

A CNA dividirá o acesso ao banco de dados das criações nas propriedades com o governo. A nova instrução normativa sobre a rastreabilidade deve entrar em consulta pública até o fim deste mês por um período de 30 dias.

MERCADO DE BOI EM PÉ

O Pará começou a exportar boi vivo em 2003. De 2004 a 2006 houve um crescimento acelerado de comercialização externa, sem obrigação de impostos e com preços vantajosos para os pecuaristas. O grande salto da comercialização ocorreu em 2007. Como a exportação paraense representa mais de 95% dessas operações, também os números nacionais de boi vivo tiveram um desempenho excepcional de 2002 a 2007.

Essa trajetória ascendente foi interrompida em 2008, com queda nas exportações associadas a fatores de embarque e de preço.

No Pará, por questões ambientais, ficou proibido o embarque de boi vivo no Porto de Belém. A solução foi o embarque de bovinos vivos pelo Porto de Vila do Conde, em Barcerana, a 40 quilômetros.

Por sua vez, a taxa de R\$ 23,00 por cabeça exportada do Certificado de Embarque de Bovídeos para o Exterior, criada pela Lei 7.076, de 27 de dezembro de 2007, onerou os embarques. Os exportadores depositam os valores em juízo, enquanto a questão aguarda decisão judicial.

Além da desvalorização do dólar diante do real, somam-se a essas questões o aumento do preço do:

- Boi no mercado interno, superior a 70%, em 2008;
- Barril de petróleo, com encarecimento do frete marítimo acima de 30%.

A proximidade com a Venezuela, o principal comprador, contribui para o Pará concentrar as exportações de gado vivo do País. Com pouca oferta de animais para abate, o governo local estimula a indústria, para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos. O Líbano é outro cliente brasileiro, que por princípios religiosos (Hallal Meat) é um mercado aberto. Angola, em processo de reconstrução, também é um importador, O Egito é um importador recente.

Brasil: exportação de boi em pé – 2008

Estado	Quantidade
Pará	382.191
Mato Grosso do Sul	697
Rio Grande do Sul	15.932
São Paulo	21

Fonte: MDIC

Principal exportador mundial de carne bovina em volume, o Brasil aparece como o quarto maior vendedor de gado vivo a outros países, de acordo com o Departamento de Agricultura dos EUA. É superado pelos países que fornecem bovinos para engorda para os Estados Unidos – Canadá e México (primeiro e terceiro do *ranking*) – e pela Austrália (a segunda), que atende ao Sudeste Asiático.

Parece um tanto prematuro concluir que o freio no crescimento acelerado das exportações de boi vivo em 2008 seja um

sinal de esgotamento desta modalidade. Desde 2006, a indústria enfrenta problemas com a redução de rezes disponíveis para abate. Neste ano, como estão capacidade ociosa elevada, os frigoríficos paraenses sofrem pressão de custos de produção, com aumento de desemprego no setor e retração de investimentos.

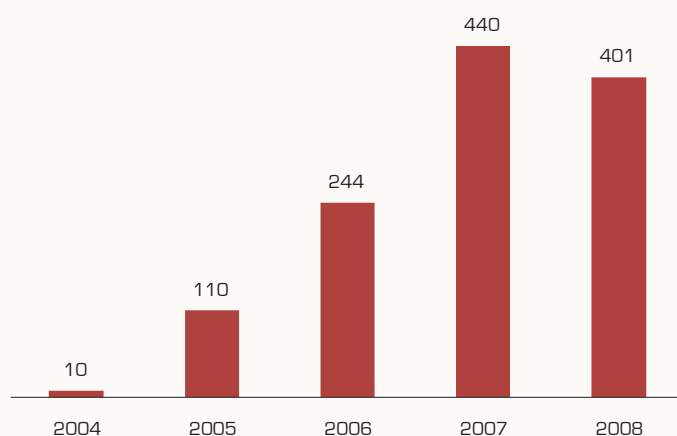
A Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e a Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (ACNB), há mais de um ano, decidiram promover a manutenção e abertura de novos mercados para exportação de gado em pé, com duas ações. A primeira, por meio da mobilização da classe de produtores em torno do assunto. A segunda é a busca de apoio dos representantes dos produtores no Congresso Nacional. Recentemente, as indústrias frigoríficas e do couro encaminharam à Receita Federal proposta de sobretaxa para exportação de animais vivos.

Na cadeia produtiva da pecuária de corte, as posições divergem sobre as exportações de boi em pé. Os frigoríficos se alinham em torno da estratégia de agregar valor, na busca do novos nichos, com a oferta ao consumidor de produtos mais elaborados, e não de peças inteiras. Já os pecuaristas consideram uma alternativa de comercialização, principalmente diante do processo de concentração em curso no mercado industrial, que contrairá a margem de comercialização do boi. A expectativa é de uma maior demanda por proteína pelos países em desenvolvimento.

O mercado mundial de boi em pé movimentava anualmente US\$ 2 bilhões, dos quais o Brasil participa com 13%. As vendas de animal vivo representam 0,26% do rebanho nacional e 1,02% dos abates do País.

O cenário de 2009 é bem mais favorável quando comparado ao de 2008. Se o real segue com força no processo de valorização ante o dólar, os preços do boi e do petróleo recuaram. A exportação de boi vivo atende a um segmento específico. Há países que importam dessa maneira por motivos culturais, religiosos ou políticos. É uma exportação complementar para a pecuária brasileira.

Brasil: exportação de boi em pé (mil cabeças)



Fonte: MDIC

PANORAMA MUNDIAL

O Brasil tem o segundo maior rebanho mundial de pecuária bovina, sendo superado apenas pela Índia, que não a utiliza para fins comerciais.

Apesar de ter taxas produtivas (abate e produção de bezerros) inferiores às de seus maiores concorrentes, a maior quantidade de carne exportada é a brasileira, já que, em termos financeiros, a primeira do *ranking* é a Austrália.

O relatório de outubro sobre o balanço da carne mundial para 2010, em termos de produção, consumo, exportação e importação, mostra algumas tendências interessantes, para efeito de análise e discussão.

A produção mundial deverá ficar praticamente estabilizada, com leve tendência de baixa. O maior aumento na produção acontecerá no Brasil, assim mesmo com somente 3,9%. Nos outros países as variações não são significativas. O ciclo brasileiro é de recomposição do plantel, ao contrário do dos outros países.

Quando são analisadas as estatísticas referentes à importação, a tendência é de crescer 3,9%. Os principais países importadores perderão participação. Os mercados do Japão e dos Estados Unidos continuarão sem reação. A Rússia poderá aumentar as compras, mas ficará longe dos níveis de antes de 2009. O resultado não é pior porque são esperadas maiores aquisições por parte dos países em desenvolvimento.

O consumo de carne bovina diminuiu na China e cresce muito pouco no Japão. Os Estados Unidos, o Canadá e o México, no conjunto, permanecem equilibrados. A UE volta a reduzir, enquanto a Rússia aumenta. Brasil cresce e a Argentina diminui.

Apesar da baixa no consumo registrada em alguns países, cabe levar em conta o aumento populacional e o consequente aumento da demanda total por carne bovina no mercado mundial. A crise econômica global que eclodiu no segundo semestre de 2008, e cujos efeitos persistirão por alguns anos, afeta a renda da família e limita uma expansão mais forte no consumo de proteína animal.

Como produzirão menos carne, os países dependerão mais do comércio internacional. Para o Brasil, responsável por um quarto do total de comércio, isso ajuda a se manter no posto hegemônico nas exportações mundiais de carne bovina.

As maiores vantagens nacionais estão concentradas principalmente em relação à expansão vertical, com espaço enorme para incremento da produtividade. As pressões ambientais abrem oportunidades para tecnologias como a do sistema de integração pecuária, lavoura e floresta. O crescimento horizontal, baseado em terras não exploradas tende a ser menor.

Governo e a iniciativa privada deverão despender muitos esforços para garantir os controles da segurança sanitária e certificação de qualidade de origem (rastreadibilidade) do rebanho. A implantação de medidas para evitar, combater e erradicar doenças como EEB, febre aftosa, brucelose, tuberculose, dentre outras, terão de ser efetivas e imediatas para minimizar o risco de ser um problema político e econômico.

A tônica na produção de alimentos passa pelas normas de boas práticas de produção e de gestão ambiental, sendo que, de acordo com as tendências do mercado mundial de carne bovina, as novas barreiras comerciais passam por:

- Produtos com manejo ambiental correto;
- Práticas de bem-estar animal;
- Responsabilidade social;
- Certificação de origem.

Menor demanda evita desequilíbrio

Apesar dos problemas climáticos e financeiros a ser enfrentados pelos principais países fornecedores, os prognósticos ainda são precoces para desenhar um quadro dramático de desequilíbrio a curto prazo no fluxo mundial de carne bovina. Apesar dos sinais serem de amenização da crise econômica, a recuperação da demanda no caso da bovina é um processo mais lento. Isso compensa a queda na produção.

Líder mundial em receita com exportações até 2006, a produtividade australiana padece com as constantes secas. Já a notória líder mundial na década de 60, com exportação superior a 700 mil toneladas, a Argentina não somente diminui sua participação no mercado, como está ameaçada de importar carne bovina nos próximos anos. Dois fatores pesam no seu sistema produtivo: a intervenção do governo e a forte seca vivida pelo país.

O Uruguai, outro importante participante do mercado mundial, também convive com secas e deve sofrer as consequências nos próximos dois anos. Com atuação pequena na exportação, o Paraguai teve um período de seca, embora menos grave do que a Argentina e o Uruguai.

Esse quadro abre para o Brasil enormes chances para avançar no fornecimento mundial de carne bovina. Essa tendência dependerá da velocidade de reestruturação da rede de frigoríficos em algumas das principais regiões produtoras do País. A Rússia, o México, o Vietnã e o Egito, compradores de um quarto da carne mundial, continuarão a se destacar entre os importadores. Para atender a essa demanda, abre-se espaço para as exportações brasileiras aumentarem em 20%.

Argentina: dura crise

Com grande ajuste na pecuária e maiores consumidores mundiais de carne bovina, não será surpresa se a Argentina importar carne nos próximos anos, fato que não ocorre há mais de um século. De 2005 até agora, no *ranking* de exportação, o país caiu de terceiro para sétimo, enquanto o rebanho encolhe.

Argentina: tamanho do rebanho (milhões de cabeças)

Ano	2008	2009	2010
Milhões de cabeças	55,66	54,76	47,9

Fonte: Federação Agrária Argentina

A forte demanda internacional por alimentos abocanhava nos últimos anos uma parcela crescente da produção. Em 2006, a venda de carne da Argentina ao exterior cresceu 22%, enquanto o consumo interno caiu 3%. Preocupado, desde março de 2006, o governo limita as exportações para conter os preços internos. Sem rentabilidade, muitos criadores abandonaram a atividade.

A fase de clima ruim começou no início de 2008 e avançou por 2009. Em importantes áreas produtoras, o volume de chuva recuou a 40% da média histórica, insuficiente para sustentar as plantações e os rebanhos.

Atualmente, para vender ao exterior, o produtor argentino de carne, milho ou trigo precisa solicitar autorização. A restrição às exportações derrubou a produção e pode prejudicar o consumidor.

Na temporada 2008/09 para preencher a cota Hilton, de 28 mil toneladas totais, os cortes de carne exportados à União Europeia (UE) tiveram uma aceleração de permissões da Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário (Oncca)

A atividade migra da região dos Pampas, que abarca as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba e La Pampa, que são as terras mais férteis e de maior potencial agrícola para o Norte e Nordeste do país, com terras mais secas e de baixa produtividade. Paralelamente, grandes frigoríficos, como os brasileiros JBS e Marfrig, entram a atividade de confinamento do gado. À medida que a pecuária argentina produz em campos não aptos para a agricultura, a engorda fechada em esquema de alimentação por grãos é o caminho, dizem os especialistas.

O confinamento de gado tende a se expandir, mas com características diferenciadas em relação à de outros países produtores. A participação desse sistema na produção dobrou de 5% para 10% nos últimos dez anos. Neste período, apesar de mais de 10 milhões de hectares de pastagens tenham sido substituídos pela agricultura, o tamanho do rebanho não teve forte queda. A discussão técnica é sobre a quantidade de animais possível num modelo de alta produtividade.

Austrália: queda no rebanho

As exportações de carne bovina da Austrália atingiram níveis recordes em 2008, com excelentes vendas para os mercados emergentes, como a Rússia, que compensaram os declínios em importantes mercados, como o Japão e os Estados Unidos. Trata-se do segundo maior exportador mundial, atrás do Brasil. Em 2008, suas vendas atingiram o recorde de 5,06 bilhões de dólares australianos (US\$ 4,6 bilhões americanos).

A Austrália, que exporta dois terços da sua produção, tem produtos com mais valor agregado, em função da percepção de qualidade. Com isso, consegue ter acesso a melhores mercados em termos de preços, como é o caso do Japão, da Coreia do Sul e dos Estados Unidos. Esses países estão fechados para a carne *in natura brasileira*, pois só negociam com fornecedores livres de febre aftosa sem vacinação (barreira sanitária).

Em volume, a vantagem brasileira em comparação ao segundo exportador do *ranking*, a Austrália, é enorme. Mas, em faturamento, é relativamente modesta. Os esforços devem continuar no sentido da abertura de mercados, melhor qualidade e promoção da carne brasileira no exterior.

Uma queda acentuada nos embarques do Brasil, maior exportador mundial, esteve basicamente por trás do aumento da demanda pela carne australiana por parte da Rússia, do Sudeste Asiático e da União Européia. A carne bovina australiana também é popular no Sudeste Asiático.

O Japão continua como o principal mercado, ainda que os embarques não estejam firmes, em razão da disponibilidade reduzida de ração animal na Austrália, devido à estiagem que afeta o país desde 2002. Já as exportações australianas para os Estados Unidos melhoram seu desempenho neste ano, cresceram 25% de janeiro a outubro, devido ao enfraquecimento do dólar australiano.

União Europeia

A exigência da rastreabilidade dificulta as exportações de carne para o cobiçado mercado europeu. Na temporada 2008/09, o

Brasil usou apenas 25% do volume possível da Cota Hilton (2). Para aproveitar a nova cota, que desde o dia 1º de julho dobrou e passou a ser de 10 mil toneladas, os embarques terão de aumentar em 715% no segundo semestre.

A cadeia produtiva da carne bovina brasileira está preocupada com o acesso à UE. A demora na liberação de fazendas habilitadas a exportar para o bloco é um dos principais problemas. Deixar de produzir um animal habilitado para a Europa significa perder um prêmio que varia de 6% a 8% sobre o valor da arroba.

UE: importação de carne *in natura* do Brasil

Ano	Mil toneladas	US\$ milhões
2000	104	338
2001	125	341
2002	128	353
2003	163	498
2004	224	890
2005	295	914
2006	314	1.160
2007	195	1.087
2008	36	271

Fonte: Secex/MDIC

Capacitação.

Acreditar no potencial das pessoas é melhorar o País.

Milhões de brasileiros já perceberam que as cooperativas de crédito são uma alternativa acessível, ágil e vantajosa. Por isso, apoiar esses empreendimentos é essencial para o desenvolvimento socioeconômico.

Com o Projeto OCB/DGRV Norte Nordeste, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) capacitou, junto com a Confederação Alemã de Cooperativas (DGRV), mais de 2 mil dirigentes, gerentes e colaboradores de cooperativas de crédito dessas regiões.

O resultado? Uma melhoria significativa nos processos de gestão e governança das organizações participantes.

Para mais informações sobre este projeto, acesse o Portal Brasil Cooperativo ou envie e-mail para gerencia.mercado@ocb.coop.br.



Balanço mundial da carne bovina (outubro de 2009)

Produção	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estados Unidos	11.318	11.980	12.096	12.163	11.816	11.631
Brasil	8.592	9.025	9.303	9.024	8.935	9.290
UE-27	8.090	8.150	8.188	8.090	8.000	7.950
China	5.681	5.767	6.134	6.132	5.764	5.530
Argentina	3.200	3.100	3.300	3.150	3.200	2.800
Índia	2.250	2.375	2.413	2.525	2.660	2.795
Austrália	2.102	2.183	2.172	2.159	2.100	2.075
México	1.725	1.550	1.600	1.600	1.625	1.630
Canadá	1.470	1.329	1.278	1.288	1.300	1.275
Rússia	1.525	1.430	1.370	1.315	1.280	1.265
Paquistão	1.005	1.057	1.113	1.168	1.226	1.250
Outros	9.325	9.590	9.392	9.436	8.876	8.914
Total	56.283	57.536	58.359	58.050	56.782	56.205
Importação						
Estados Unidos	1.632	1.399	1.384	1.151	1.254	1.304
Rússia	978	939	1.030	1.137	700	780
Japão	686	678	686	659	672	678
UE-27	711	717	642	465	470	490
México	335	383	403	408	300	335
Vietnã	20	29	90	200	250	300
Coreia do Sul	250	298	308	295	290	295
Canadá	151	180	242	230	270	290
Egito	215	313	361	195	150	175
Chile	299	124	151	129	145	155
Hong Kong	88	89	90	118	145	155
Outros	1.428	1.687	1.840	1.941	1.793	1.700
Total	6.793	6.836	7.227	6.928	6.439	6.657
Exportação						
Brasil	1845	2084	2.189	1.801	1.555	1.870
Estados Unidos	316	519	650	856	785	837
Austrália	1388	1430	1.400	1.407	1.390	1.350
Índia	617	681	678	672	675	700
Nova Zelândia	577	530	496	533	525	517
Canadá	596	477	457	494	475	490
Argentina	754	552	534	422	560	390
Uruguai	417	460	385	361	310	360
Paraguai	193	240	206	233	210	230
UE-27	253	218	140	203	160	160
Nicarágua	59	68	83	89	90	95
Outros	300	244	353	419	375	207
Total	7.315	7.503	7.571	7.490	7.110	7.206
Consumo						
EUA	12.664	12.833	12.829	12.452	12.310	12.158
UE-27	8.550	8.649	8.690	8.352	8.310	8.280
China	5.614	5.692	6.065	6.080	5.751	5.530
Argentina	2.451	2.553	2.771	2.732	2.642	2.420
Índia	1.633	1.694	1.735	1.853	1.985	2.095
Rússia	2.492	2.361	2.392	2.441	1.968	2.033
México	2.028	1.894	1.961	1.966	1.880	1.920
Paquistão	1.009	1.090	1.132	1.174	1.232	1.256
Japão	1.188	1.159	1.182	1.174	1.189	1.195
Canadá	1.026	1.023	1.068	1.034	1.080	1.090
Outros	17.177	17.856	18.122	18.192	17.769	17.995
Total	55.832	56.804	57.947	57.450	56.116	55.972

Pelas projeções dos frigoríficos, seriam necessárias pelo menos cinco mil propriedades para que o volume exportado ao bloco retorne no volume de 2006. De acordo com dados oficiais da UE, 1,33 mil fazendas estão habilitadas a exportar em agosto último.

Em outubro último, para aumentar as exportações de carne bovina à Europa, os frigoríficos brasileiros formalizam na Comissão Europeia, em Bruxelas, um pedido de equiparação com as regras fixadas pelos europeus para a compra do produto dos EUA.

Recente decisão da UE autorizou importação de carne de confinamento dos EUA no prazo de 100 dias. No caso do Brasil, os europeus exigem que os frigoríficos comprem gado apenas de fazendas que adotam uma “quarentena” de 90 dias. Como a regra não inclui a criação intensiva em confinamento, a indústria precisa comprovar operiódio mínimo de permanência na última propriedade.

Estados Unidos: rebanho menor

Com aumento nas importações de carne bovina, os EUA contam com grandes ofertas de carne bovina processada, oriundas dos abates de gado leiteiro e das importações da Oceania. Apesar de estar com a produção em queda, o Canadá é maior fornecedor externo, principalmente de *trimmings* (retalhos de carne).

A prolongada crise econômica global e os baixos preços domésticos das carnes bovina nos principais mercados de exportação explicam, de um modo geral, a queda nas exportações dos Estados Unidos.

O principal destino da carne bovina dos EUA, o México, está em processo de recuperação econômica, com queda nas importações. No Canadá, o segundo, ocorre a mesma coisa. Entre os principais mercados de exportação de carne bovina dos EUA (cortes de músculo e miúdos), o mercado japonês, terceiro em valor e quarto em volume, apresenta bom resultado. Mas, o maior crescimento acontece na região da Associação das Nações do Sudeste da Ásia (Asean).

Os abates comerciais de bovinos de corte perdem ritmo e a produção cai. Os criadores não mostram disposição em aumentar os rebanhos, retendo novilhas de reposição. A compensação vem dos abates crescentes de gado leiteiro, como resultado de liquidações em resposta ao baixo retorno, devido ao programa Cooperatives Working Together (CWT), que promove abates de rebanhos leiteiros visando a aumentar o preço do leite.

De acordo com a Meat and Livestock Austrália (MLA), o rebanho bovino continua o movimento de encolhimento. A quantidade de matrizes deve diminuir 1%, o equivalente a 400 mil cabeças, para chegar a 31,3 milhões de cabeças. Essa tendência somente deverá ser revertida em 2012. Como o peso médio das carcaças deve aumentar, haverá uma compensação na intensidade da queda de produção.

CADASTRO DE COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL

Os pecuaristas como classe – embora tendo uma elite que adota uma tecnologia de ponta –, ainda precisam de auxílio para atender às demandas socioambientais impostas pelo mercado, abandonando velhas práticas não sustentáveis.

Se, de um lado, as demandas socioambientais sinalizam uma tomada de consciência da sociedade, de outro é a expressão da necessidade de “pagar para preservar”.

Dessa forma, a Aliança da Terra busca viabilizar um novo desenvolvimento sustentável para o País, em particular para a Amazônia, unindo produção, proteção ambiental e justiça social. Para alcançar esse objetivo com sucesso em um país de grandes extensões, é necessário, entre outras medidas, criar um instrumento que permita identificar e quantificar a realidade produtiva, ambiental e social das propriedades brasileiras e, a partir daí, traçar metas individuais em busca das melhorias necessárias para que, coletivamente, se alcance uma produção social e ambientalmente sustentável.

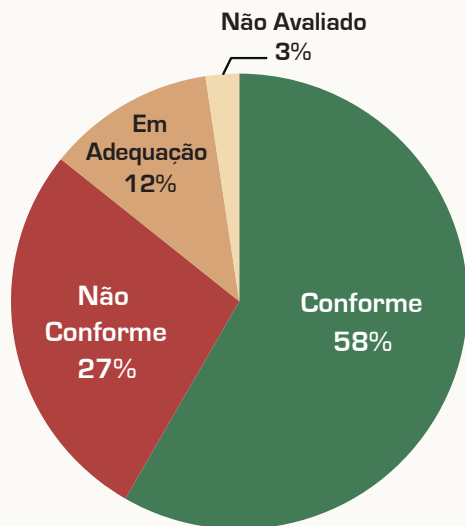
A Aliança da Terra é uma organização não governamental fundada em 2004, com o objetivo de unir produção e conservação ambiental. Tem como principal projeto o Cadastro de Compromisso Socioambiental – CCS, um sistema de apoio ao produtor rural que está disposto a implantar na sua propriedade uma nova gestão socioambiental, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam.

A adesão ao CCS é voluntária, e o primeiro passo consiste em uma visita técnica à propriedade para levantamento de dados relacionados às questões sociais e ambientais, a fim de



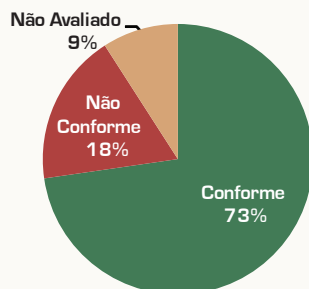
Adequação socioambiental das propriedades do CCS

GERAL (84 CAS AVALIADOS)



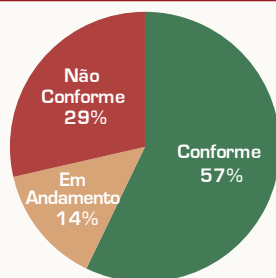
SOCIAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

Registro de funcionários conforme CLT;
Matrícula das crianças na escola;
Fornecimento e monitoramento quanto ao uso de EPIs;
Estrutura adequada de moradia para os funcionários



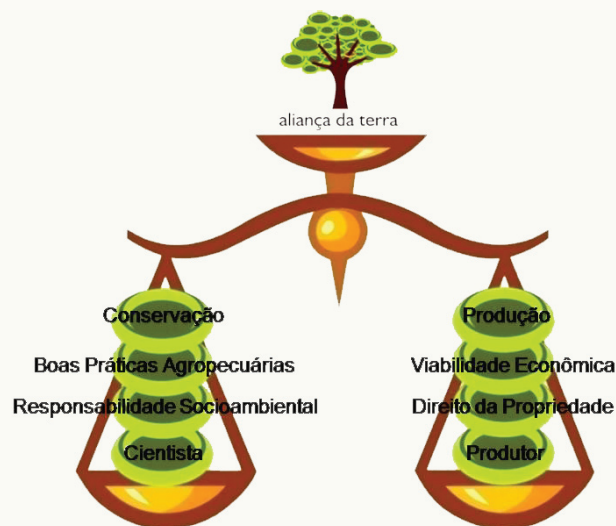
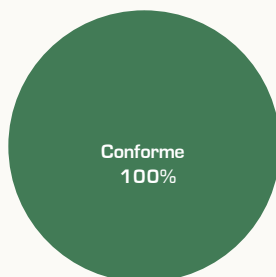
REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E FUNDIÁRIA

Georreferenciamento da propriedade conforme solicitação pelo INCRA
Licenciamento ambiental
Obtenção do título definitivo da área



RESÍDUOS

Disposição adequada dos resíduos sólidos
Devolução das embalagens vazias de defensivos agrícolas às centrais de recebimento
Adequação dos pontos de armazenamento de combustível e lava-jato



elaborar um diagnóstico socioambiental em que são identificados, localizados e quantificados os passivos e ativos socioambientais encontrados.

Dentre os pontos abordados no diagnóstico estão: qualidade de água dos recursos hídricos e da utilizada para consumo humano, conservação do solo, estado de conservação das áreas de preservação permanente, proteção dos remanescentes florestais, condições sociais dos funcionários, o uso do fogo e gestão dos resíduos.

Com o diagnóstico socioambiental elaborado, é preenchido o Compromisso de Adequação Socioambiental – CAS, documento em que são traçadas metas para manter os pontos positivos e para adequar os pontos considerados como “a ser resolvidos”. O produtor deve informar no CAS as ações que serão desenvolvidas na propriedade. Anualmente, a Aliança da Terra e o Ipam fazem revisitas às propriedades para avaliar o cumprimento do CAS e, consequentemente, a evolução socioambiental de cada propriedade.

No período de 14 de Setembro a 17 de Outubro de 2009 foram realizadas revisitas em 23 propriedades localizadas no nordeste do Mato Grosso (região conhecida como “Xingu”), nos municípios compreendidos entre Água Boa e São José do Xingu. Foram avaliados 84 compromissos (média de 3,6 por propriedade) relacionados a adequação socioambiental, onde verificou-se conformidade em 58% deles. Além disso, outros 12% estavam em processo de adequação no ato da visita.

Apostando no tripé da sustentabilidade (social, ambiental e econômica), a Aliança da Terra está presente em oito estados brasileiros, e busca proteger e recuperar milhares de hectares de áreas de vegetação nativa por meio da união e a proatividade do setor produtivo. Busca mostrar ao Brasil e ao mundo que é possível manter a conservação da biodiversidade e das funções ecológicas dos ecossistemas nativos aliada à produção de alimentos e garantir que o País siga produzindo certo!